



Políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: dificuldades e possibilidades observadas em relação aos agricultores do Assentamento Palestina, Cravolândia-Bahia

James Lima Chaves¹

Jose Raimundo Oliveira Lima²

RESUMO: O Assentamento Rural Palestina, localizado em Cravolândia-BA, foi criado em 1999, ano em que os assentados organizaram a Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC). Apesar do usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Em junho de 2020 o assentamento participou da Chamada Pública da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Estado da Bahia, voltada a garantir a segurança alimentar e nutricional dos pequenos agricultores familiares, logrando êxito. Nesse contexto, a pesquisa objetivou refletir sobre fatores que dificultaram o acesso do referido assentamento aos recursos ofertados no edital supramencionado. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo e teve como base estudos documentais durante o processo de discussão e submissão de proposta, bem como sustentação teórica em referências da área. O primeiro fator que limitou a participação da ATAC na chamada pública residiu na exigência da prova de regularidade e a quitação perante as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de controle e fiscalização. O segundo fator limitante foi a necessidade de escrita de uma manifestação de interesse, pois a maior parcela dos assentados tem baixa escolaridade. Inferiu-se como resultado a relevância das parcerias e da organização comunitária consolidada.

PALAVRAS-CHAVE: Associação; Organização Comunitária; Parcerias.

PUBLIC POLICIES FOR FOOD AND NUTRITION SECURITY: DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES OBSERVED IN RELATION TO FARMERS IN THE PALESTINE SETTLEMENT, CRAVOLÂNDIA-BAHIA

ABSTRACT: The Palestinian Rural Settlement, located in Cravolândia-Ba, was created in 1999, the year in which the settlers organized the Cravolândia Agricultural Workers Association (ATAC). Despite the usufruct of the land, many settlers still live in a situation of social vulnerability and food insecurity. In June 2020, the settlement participated in the Public Call of the Regional Development and Action Company (CAR) of the State of Bahia, aimed at ensuring food and nutrition security for small family farmers, achieving success. In this context, the research aimed to reflect on factors that hindered the access of the referred settlement to the resources offered in the aforementioned notice. The adopted methodology was of qualitative character, it was based on documentary studies during the process of discussion and proposal submission, as well as theoretical support in references of the area. The first factor that limited ATAC's participation in the public call was the requirement of proof of regularity and discharge before the municipal, state and federal secretariats of control and inspection. The second limiting factor was the need to write an expression of interest, since most of the

¹ Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: jamesufbr@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana(UUEFS). E-mail: zeraimundo@uefs.br

settlers have a low level of education. As a result, the relevance of partnerships and the consolidated community organization was inferred.

KEYWORDS: Association; Community Organization; Partnerships.

INTRODUÇÃO

Dentre os municípios que compõem o Território de Identidade Vale Jiquiriçá, localizado majoritariamente no Centro-Sul Baiano, destaca-se a cidade de Cravolândia, que foi a primeira na região a acolher ações de promoção ao acesso à terra, quando houve a criação do Projeto de Assentamento Rural Palestina, em uma área de 4.327,45 hectares, no bioma Caatinga, em uma Região Semiárida, no ano de 1999.

No mesmo ano, foi criada a Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC), a qual agrega 180 famílias. Apesar do usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Essa condição foi percebida por meio de uma aproximação feita com a comunidade para desenvolvimento de um pré-projeto de mestrado, ocasião em que foram observadas as condições de pobreza enfrentadas pelos trabalhadores e a difícil produção da existência no semiárido, ficando evidente a necessidade de uma associação bem articulada e empoderada para tornar viáveis as transformações sociais.

Nesse contexto, em junho de 2020 foi publicado o Edital emergencial nº 015/2020 da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Estado da Bahia, voltado a garantir a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares priorizando o atendimento das necessidades alimentares e possibilitando a venda da produção excedente. O edital foi apresentado aos associados que, apesar dos fatores limitantes, desejaram prontamente participar da chamada e concorrer aos recursos.

O presente trabalho apresenta o estudo de caso realizado na referida associação rural e sua tentativa de acesso aos recursos disponibilizados pela chamada pública. Como método de estudo adotou-se a pesquisa-ação conforme Thioulet (2011). A coleta de dados e informações deu-se pelos instrumentos de levantamentos bibliográficos e documentais, observações empíricas e entrevistas com os agricultores associados de Cravolândia -BA. Este trabalho, além da introdução e das considerações finais, compõe-se dos seguintes eixos: desenvolvimento, procedimentos metodológicos e resultados e discussões.

O presente trabalho objetivou refletir sobre fatores que dificultaram o acesso do Assentamento Palestina à política pública de garantia de segurança alimentar e nutricional promovida pelo Edital nº 015/2020 da CAR.

APÓS CONQUISTA DA TERRA, DESAFIOS

Existem 9.374 assentamentos federais de reforma agrária no Brasil, ocupando uma área total de 87.978.041,10 hectares (INCRA, 2017). Bergamasco e Norder (1996, p. 07) definem assentamento como “a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Já para Carvalho (1998, p. 04), o termo “assentamento” é utilizado para identificar “não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”. Logo, nos assentamentos configuram-se arranjos diversificados e interligados, que abrangem aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos.

No que se refere à reforma agrária, é preciso reconhecer que, quanto à questão política, continua decisiva a necessidade de mobilização permanente após a conquista da terra, e que os assentamentos, de alguma forma, deparam-se com uma nova forma de exclusão social: a exclusão das políticas agrícolas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Os assentados lançam mão de diversas estratégias visando à reprodução e ao aperfeiçoamento do seu modo de vida, de forma que a implementação de assentamentos tem se mostrado importante não apenas para a geração de empregos diretos e indiretos a baixo custo, mas também para proporcionar o desenvolvimento rural em bases sociais equitativas (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No semiárido nordestino estão localizados 2.246 dos 9.374 assentamentos rurais do Brasil, totalizando uma área de 4.665.101,25 hectares, que atendem 116.976 famílias (INCRA, 2017). Trata-se de um território onde predomina elevada taxa de insolação, altas temperaturas e baixas amplitudes térmicas. É marcado por apresentar baixo nível pluviométrico, irregular distribuição da chuva no tempo e no espaço, baixa umidade, elevada taxa de evapotranspiração e predominância da vegetação de caatinga (ZANELLA, 2014).

A região semiárida do Nordeste é fundamentalmente caracterizada pela ocorrência do bioma Caatinga, que é exclusivamente brasileiro, integrando os estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e uma pequena porção do norte de Minas Gerais. Esse bioma possui riqueza biológica, representada por espécies animais, vegetais e de micro-organismos que não podem ser encontrados noutro lugar do planeta pela sua natureza única já discutida por Santos (1980).

O semiárido é palco de uma complexa realidade de exploração e uso inadequado dos recursos naturais em que o bioma Caatinga muitas vezes é destruído para dar lugar a pastagens, abastecer fornos de padarias, produzir carvão e para implantação

de cultivos diversos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a biodiversidade da Caatinga ampara diversas atividades econômicas, apesar disso, a ação antrópica já resultou no desmatamento de 46% da área desse bioma (BRASIL, 2019).

Além das temperaturas elevadas, no semiárido ocorrem longos períodos de seca, pois as chuvas são mal distribuídas no tempo. Em assentamentos de reforma agrária situados nessas áreas, os moradores e assentados enfrentam grande dificuldade não apenas para ter acesso à água, mas também para estruturar sistemas produtivos e sustentáveis frente às intempéries sociais, econômicas e ambientais.

Como agravante, no que diz respeito à implantação de assentamentos de reforma agrária em regiões semiáridas, deve-se considerar um estudo realizado pela Embrapa Semiárido (GUIMARÃES FILHO *et al.*, 2003), que afirma que nas áreas da grande Depressão Sertaneja – uma das mais secas do Semiárido –, uma propriedade familiar necessita de até 300 hectares de terra para ser sustentável e que, quanto menor a quantidade de chuva na região, mais terra se precisa para viver. No entanto, a atual realidade é que assentamentos de incumbência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou alcançáveis financeiramente pelo Banco da Terra, “são construídos com lotes de dois a dez hectares, sempre menores do que na realidade deveriam ser” (SCHISTEK, 2013, p. 48). O tamanho de terra assume relevância no correto manejo do bioma, manutenção de produção estável e reservas para o enfrentamento das instabilidades climáticas.

A implantação de assentamentos nessas regiões, antes desocupadas, intensifica a pressão exploratória sobre o ambiente, havendo maior uso dos recursos hídricos, solo e da biodiversidade animal e vegetal. A Lei ordinária nº 13.572/2016, do Estado da Bahia, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, preconiza que o convívio e uso dos recursos naturais ocorram de forma sustentável.

Um fator determinante para a convivência sustentável é a prática dos pequenos agricultores familiares camponeses que se pauta em ações de cuidado com o meio ambiente, pois favorecem a utilização de estratégias produtivas ecologicamente mais equilibradas e o menor uso de insumos industriais. Além disso, a diversificação da produção de alimentos para autoconsumo, e a preservação do patrimônio genético local são fatores da convivência sustentável. Isso fica evidente, por exemplo, com o uso de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), denotando uma preocupação não apenas ambiental, mas também cultural em resgatar espécies com uso consagrado pela comunidade e que apresentam alto teor de nutrientes que podem ser fonte de renda para os pequenos agricultores.

A política agrícola para os assentamentos de reforma agrária precisa estar associada ao Desenvolvimento Local Endógeno (DLE), o qual busca a cooperação ou a produção associada do território em que está inserido. Esse modelo de desenvolvi-

mento é direcionado ao aproveitamento da totalidade dos recursos disponíveis na localidade e considera fatores como cidadania, articulação social e solidariedade, (RIOS; LIMA, 2020).

Buarque (2002, p. 30) afirma que “o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades”. Costa (2001) ainda afirma que um processo de crescimento econômico, de natureza endógena, deve acompanhar o conceito de desenvolvimento local e, nesse sentido, são decisivos os fatores locais de tipo produtivo, social e cultural.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante política pública de promoção do desenvolvimento local, uma vez que inclui socialmente e economicamente os pequenos agricultores familiares camponeses, promove o aumento da renda e o surgimento de novos postos de trabalho na localidade (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Cabe ressaltar que os problemas enfrentados por parte dos assentamentos rurais de reforma agrária localizados no semiárido e no bioma Caatinga não são isolados e não são puramente ambientais ou econômicos; estão relacionados à forma de obtenção de renda, aos arranjos produtivos locais, à forma como as relações socioprodutivas são estabelecidas na comunidade e à imagem que os indivíduos assentados têm sobre si mesmos e sobre o bioma onde vivem.

Após a obtenção de espaço para produzir, os assentados enfrentam dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica e técnica do projeto de produção que desejam, dificuldades decorrentes, em grande parte, da ineficiência do poder público em promover apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico do projeto e em ofertar uma assistência técnica e de extensão rural continuada para atender às especificidades das comunidades em observância de um modelo de produção que respeite o meio ambiente, que não priorize um modelo tecnicista voltado prioritariamente à produção extensiva de larga escala, mas que prime pelo fortalecimento das organizações socioprodutivas da comunidade.

Se a conquista da terra impõe aos assentados incertezas e expectativas de toda cadeia social, organizacional e da produção econômica, para que os projetos se concretizem é necessário o estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas, uma vez que esses trabalhadores de modo geral são inseridos em um ambiente pouco adequado às suas necessidades, o que pode implicar novos desafios para obter sua emancipação (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

A condução da produção agrícola, mesmo em pequena escala, pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que nem sempre os assentados

possuem. Dessa forma, surge a necessidade de organização de formas de trabalho associadas e cooperadas que fortaleçam os trabalhadores.

Além da organização social, a educação é importante para o desenvolvimento do campo. Ela é o fomento da revolução social e permite compreender o campo como um espaço emancipatório, não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à alimentação, à saúde e outras garantias fundamentais. Ao mesmo tempo em que as condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) estão na raiz do problema do analfabetismo (GADOTTI; ROMÃO, 2008), o enfrentamento das mazelas sociais no campo requer uma educação que, segundo Arroyo (2011), deve ser *dos* e não *para* os sujeitos do campo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se uma síntese sobre o estudo de teorias territoriais, bem como documentos que estão diretamente relacionados ao Assentamento Palestina e à Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC). Analisou-se os dados da pesquisa desenvolvida no assentamento lançando mão das observações sistemáticas dos pesquisadores, bem como da vivência realizada na comunidade durante o período 2019/2020 na perspectiva da pesquisa-ação conforme discute Thiourent (2011).

A metodologia que foi adotada é de caráter qualitativo que, segundo Godoy (1995, p. 29), destaca-se por permitir estudar o ser humano e suas complexas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Além disso, empregou-se estudos documentais durante o processo de discussão e submissão de proposta, bem como sustentação teórica em referências da área.

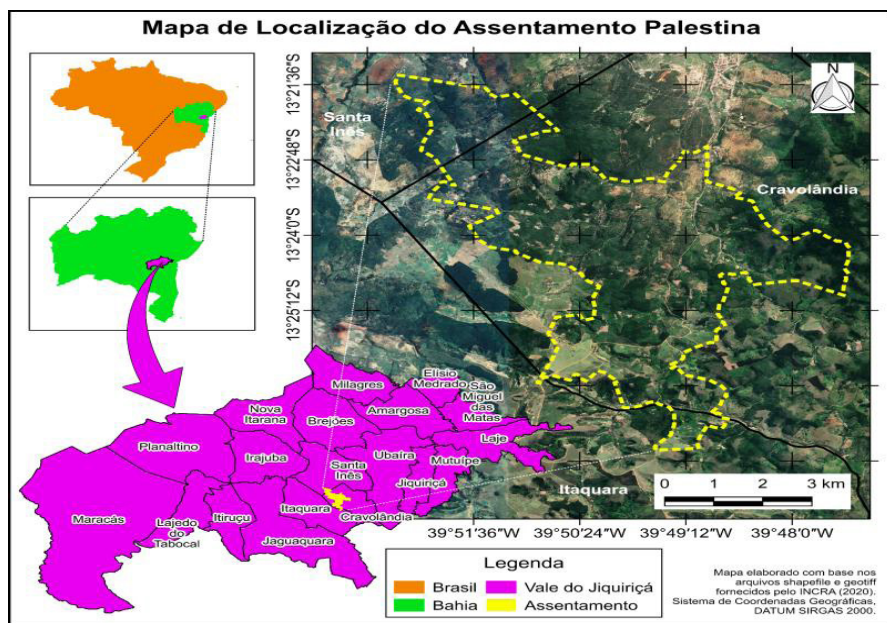
O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, localizado majoritariamente no Centro-Sul Baiano, possui uma área de 10.287,07 km², com uma população estimada de 301.682 habitantes, representando 1,8% do território estadual, sendo que 127.049 indivíduos estão localizados na área rural e 174.633, na urbana. Quanto aos indicadores sociais dos municípios do Vale do Jiquiriçá, deve-se ressaltar que todos, em 2010, possuíam IDH inferior à média apresentada pelo estado da Bahia, que foi 0,660 (BAHIA, 2015). Dentre os vinte municípios que compõem o Território de Identidade, destaca-se o de Cravolândia, que foi o primeiro na região a acolher ações de promoção ao acesso à terra quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) transformou um acampamento de trabalhadores rurais sem terra em um assentamento rural de reforma agrária no ano de 1999.

A cidade de Cravolândia faz divisa com os municípios de Santa Inês, Itaquara e Ubaíra, e tem a Caatinga como bioma predominante na maior parte de seu território. Apresenta uma área de 162,17 Km², uma população de 5.145 habitantes,

distribuídos na zona urbana e rural (IBGE, 2010). Desse total, 1.148 indivíduos estão na extrema pobreza e 1.072 na pobreza total (BAHIA, 2015).

O local de estudo abrange o Assentamento Rural Palestina, cujo projeto ocorreu por meio de uma ação de desapropriação (por interesse social) do conjunto de terras das antigas fazendas Palestina/Timbó/Salobro, com uma área de 4.327,45 hectares ocupados, inicialmente, por 180 famílias (Figura 01).

Figura 1 - Localização geográfica do Assentamento Palestina, município de Cravolândia – BA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro fator que limitou a participação da ATAC na chamada pública 015/2020 residiu no fato de que um dos critérios de elegibilidade se referia à prova de regularidade e à quitação perante as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de controle e fiscalização. A associação mostrou-se pouco organizada e em situação fiscal irregular, a prova disso é que, desde sua criação no ano de 1999 até 2019 nunca conseguiu participar de editais públicos para captação de recursos para fomento das atividades agropecuárias e, tampouco, teve acesso ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para fornecer a produção local.

No que diz respeito à regularização da situação documental, foram providen-

ciados os seguintes documentos: a) Cópia da Ata de Fundação e suas alterações registradas; b) Cópia do comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); c) Cópia do Estatuto Social (última versão); d) Cópia da Ata de eleição e posse da atual diretoria; e) Cópia do comprovante de residência, do RG e CPF do/a representante legal da organização; f) Certidão de Regularidade no SICON; g) Certidão Negativa de Débitos FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos INSS; i) Certidão Negativa de Débitos Dívida Ativa com a União; j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; k) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual e l) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal. Tudo isso é muito complexo para um assentado com baixo grau de instrução compreender e viabilizar.

Alguns dos documentos exigidos estavam em situação de pendência há mais de 10 anos, isso se deve, em parte, a não compreensão da associação como um instrumento coletivo de luta e organização, e que deve, portanto, sempre estar com as documentações atualizadas. A ATAC foi criada não por um anseio dos seus integrantes, mas por uma exigência governamental para liberação de alguns benefícios na ocasião da implantação do assentamento. Sobre isso, Moreira *et al.* (2000, p. 51), afirmam:

A criação de uma associação passa a ser condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios dirigidos quer pelos órgãos gestores da política agrária quer da política agrícola. Algumas associações surgem, portanto, como uma imposição externa, onde o presidente passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados. Essas mudanças vão implicar em novas formas de organização das comunidades rurais.

Para regularizar a associação, foi necessário o pagamento de taxas e a contratação dos serviços de um contador. Sendo assim, foram geradas despesas em um contexto que já padece com a falta de recursos financeiros. Apesar de ser possível retirar algumas declarações em sites na internet, a falta de habilidade com uso do computador fez necessária a busca de ajuda. Assim, foram providenciados doze documentos, entre certidões de quitação/regularidade fiscal e certidões junto ao setor de convênios e contratos do Estado da Bahia.

O segundo fator limitante foi a necessidade de criação de uma manifestação de interesse que se adequasse a uma destas tipologias: produção agroecológica integrada e sustentável (PAIS); consolidação produtiva junto à tecnologia social de 2ª água; horticultura e/ou produção de plantas alimentícias não convencionais (PANC); produção agroecológica ou orgânica; quintal produtivo, produção de raízes

e tubérculos e circuitos curtos de comercialização.

A manifestação deveria, ainda, contar com estes itens: descrição do subprojeto; objetivos; localização; justificativas; fortalezas; oportunidades; fraquezas; ameaças; viabilidade do subprojeto e orçamento detalhado. Considerando que a maior parcela dos assentados tem baixa escolaridade, que o assentamento não possui assistência técnica e que a manipulação da própria plataforma da CAR para cadastro do projeto representa uma dificuldade, como construir e enviar a manifestação de interesse? Indagações dessa natureza só são possíveis de compreender a partir de uma vivência no ambiente do assentamento, inclusive, no trabalho de pesquisa-ação que se desenvolvia à época.

Para tanto, foi criado um grupo de trabalho (GT) envolvendo além de pessoas da comunidade, servidores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) com formações nas áreas de Gestão Pública, Agronomia, Biologia e Tecnologia de Alimentos. Esse grupo atuou com a comunidade na preparação da manifestação de interesse.

A realização do diagnóstico FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) foi parte integrante da construção do projeto, uma vez que o edital requeria essa análise para subsidiar a verificação do quanto a tipologia escolhida se adequava à realidade do assentamento, bem como foi possível identificar as condições favoráveis ou desfavoráveis para a implantação do subprojeto (Tabela 1).

Para Buarque (2002, p. 133), a matriz FOFA é “um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores, internos e externos”.

Dentre as principais fraquezas e ameaças elencadas pelos assentados, destacou-se: a situação documental irregular da associação; pequeno número de mulheres titulares do lote; poucos jovens na comunidade; baixo grau de escolaridade dos associados; forte presença de atravessadores; falta de assistência técnica; longos períodos de estiagem; presença de pragas e doenças; longa distância da fonte de água até a área coletiva de produção; topografia irregular. Esses dois últimos itens demandam um aporte financeiro ainda maior para viabilizar a produção.

Analisando ainda os pontos fracos apontados na FOFA, um ponto delicado foi o pequeno número de mulheres titulares dos lotes, pois, dessa forma, poucas foram indicadas como beneficiárias do projeto submetido ao Edital CAR 015/2020, que atribuía 50 pontos para quando mais de 75% dos beneficiários fossem do sexo feminino, 30 pontos para quando esse percentual estivesse situado entre 50 e 75%, 20 pontos quando o percentual fosse menor que 50% e pontuação zero se nenhuma

mulher fosse indicada como beneficiária.

Tabela 1 – Resultado da análise da FOFA realizada com os membros do Assentamento Palestina.

Fortalezas	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Terra	Produção Orgânica	Recurso financeiro	Pragas e doenças
Água	Sistema de Irrigação de baixo consumo/custo	Longa distância da fonte de água	Presença de atravessadores
Força de trabalho	Mercado institucional PNAE/PAA	Assistência técnica	Seca
Aptidão dos Assentados	Feira Livre	Topografia irregular da área	
	Segurança financeira	Baixo grau de escolaridade	
	Parceria com Instituições Pública de Ensino, Pesquisa e Extensão	Situação documental irregular Pequeno número mulheres titulares do lote Poucos jovens na comunidade	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No assentamento Palestina, prioritariamente os esposos são colocados junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como titulares dos lotes, sendo assim, houve dificuldade para indicar mulheres como beneficiárias. Percebeu-se também que na ocasião de submissão da manifestação de interesse, nenhuma mulher participava do corpo diretor da associação, indicando assim a pequena representatividade delas, bem como uma limitada participação na tomada

de decisões. Segundo Esmeraldo (2008, p. 192), “a mulher não é percebida pela família nem indicada naturalmente para ser a titular. Somente em casos como o de aposentadoria do marido, por viuvez, existência de filhos homens de menor idade, a mulher assume o cadastro em nome da família”.

A análise das relações de gênero tem mostrado que:

No processo de construção das relações sociais nos assentamentos, marcas da violência de gênero, estão presentes em vários momentos: no projeto de assentamento apresentado pelo Estado, cuja dimensão patriarcal aparece na criação da figura do cadastrado, reservada ao homem; na delimitação de espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos; no alijamento das mulheres do processo decisório (FERRANTE, 1993, 1995; BERGAMASCO, 1994, 1995).

Outra fraqueza que gerou preocupação foi o número de jovens beneficiários, pois segundo pontuação do barema do Edital 015/2020/CAR, quanto maior a quantidade de jovens, maior seria o número de pontos atribuídos. A busca de oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos afastou muitos jovens do assentamento, reduzindo assim a força de trabalho e promovendo uma descontinuação dos cuidados familiares com o lote. Estudos no Brasil apontam para a tendência da saída de jovens do campo rumo às cidades, ora por causa das dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (CARNEIRO, 2005; CASTRO, 2005), ora pela atração do jovem pelo meio urbano (CARNEIRO, 1998 e 2005).

Como principais oportunidades foram elencadas: a possibilidade de parceria com Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão; a comercialização nos mercados institucionais do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); a comercialização na feira livre da cidade; a possibilidade de aquisição de um sistema de irrigação de baixo custo/consumo; segurança financeira proveniente da produção; a possibilidade de produzir e comercializar alimentos orgânicos; a disponibilidade de água, área de plantio e força de trabalho dos assentados. Essa oferta de produtos orgânicos beneficiará não apenas os assentados, mas também aqueles que vão consumir esses alimentos, por exemplo, crianças em fase escolar atendidas pelo PNAE, contribuindo assim para segurança alimentar e nutricional dos assentados e dos consumidores.

Toda análise feita com a aplicação da matriz FOFA foi importante por gerar uma discussão sobre como aproveitar e maximizar as oportunidades e pontos fortes, mas também sobre ações direcionadas a minimizar e combater as fraquezas e ameaças. Esses dados constaram na manifestação de interesse, tornando a proposta mais

robusta e bem elaborada.

Os associados decidiram pela produção de Horticultura e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). O resgate e o consumo das PANCs simboliza uma forma de resistência cultural contra a padronização de nossa alimentação e contribui com o fortalecimento da cultura alimentar local e vincula a produção de alimentos ao território e às relações sociais que nele se estabelecem (PAULA, 2014, p. 09). Para além disso, as PANCs são importantes não só por uma questão de segurança alimentar, mas também pela preservação do patrimônio genético local, pela diversificação da dieta e pelo desenvolvimento dos bons hábitos alimentares.

Uma segunda tipologia foi escolhida como adicional à primeira: trata-se dos “Circuitos curtos de comercialização”. Essa inclusão partiu de um incômodo da comunidade com os atravessadores, pois esses compram a produção por um valor muito pequeno, desvalorizando o trabalho dos agricultores.

A adesão à nova tipologia possibilita a compra de equipamentos, utensílios, barracas e demais itens necessários para dinamizar a comercialização da produção. Segundo Chaffotte e Chiffolleau (1995, p. 22), os circuitos curtos seguem uma lógica de desenvolvimento rural sustentável, permitem uma melhor remuneração do produtor e dinamizam a economia local. Essa fortalece o desenvolvimento local, minimiza a intermediação da venda da produção, une os associados em torno da venda de alimentos, promove práticas e experiências com organização de trabalho coletivo, fortalecendo os laços de intercooperação e associativismo na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de indicar as dificuldades que os assentados enfrentam para acessar políticas públicas tão essenciais para atender ao público vulnerável que vive em assentamentos de reforma agrária, esta pesquisa revelou a importância da organização comunitária sólida para o enfrentamento das adversidades, e a relevância da construção de memória nas organizações dos trabalhadores. Também a importância da regularização documental para assegurar que a associação se torne apta a captar recursos e auxílio do Poder Público.

Com efeito, a falta de assistência técnica e extensão penalizam os agricultores familiares que não podem custear uma empresa de consultoria para assessorá-los. As parcerias também são indispensáveis, uma vez que aproximam pessoas e profissionais com *expertise* e conhecimento além daqueles que os associados possuem, ao mesmo tempo em que ocorre uma mão dupla de troca de saberes, em que os assentados compartilham suas experiências. A escolha dos Circuitos Curtos de Comercialização como uma das tipologias indica que a comunidade não apenas padece com atravessadores, mas também busca meios para ter autonomia

na comercialização de sua produção.

Portanto, observa-se que alguns fatores dificultam o alcance do referido assentamento aos recursos ofertados nas políticas públicas, tendo em vista processos burocráticos ancorados nos editais. Inferiu-se a relevância das parcerias institucionais, bem como fatores limitantes à participação da ATAC relativos à falta de regularização documental e em relação à escrita da manifestação de interesse entre outros encaminhamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; PAULILLO, Luiz Fernando; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez; Fernandes, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 65-86.

BAHIA. A Lei ordinária nº 13.572/2016 de 30 de Agosto de 2016. **Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, preconiza que o convívio e uso dos recursos naturais ocorram de forma sustentável**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13572-de-30-de-agosto-de-2016>>, acesso em: 12 nov. 2020.

BAHIA Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. Salvador: Editora: Sei publicações, 2015.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “**A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas**”. In: Seminário Internacional Mulher, Família e Desenvolvimento Rural, Anais, Santa Maria, 1994.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “**Mulheres assentadas: trajetórias e conquistas**”. In: 47ª Reunião Anual da SBPC, São Luiz, 1995.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 5-87, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Bioma caatinga. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 10 julho. 2020.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. (Tese, Doutorado em Antropologia Social).

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 73-87.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo; Flexor Georges (Orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Editora IICA/NEAD, 1998.

CHAFFOTTE Lydie; CHIFFOLEAU Yuna. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Les Cahiers de l'Observatoire CROC**. Montpellier, p.1-22, 1995.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas**. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: Editora MDA, 2008, p.188-214.

FERRANTE, Vera Lucia Botta. **Las mujeres asalariadas en la lucha por la tierra**. IN: Congreso Internacional de Ciencias Antropologicas y Etnologicas, 12, Resumenes, Ciudad de Mexico, 1993.

FERRANTE, Vera Lucia Botta **“La lucha por la tierra tiene dos sexos”**. In: VALDES, X. et alii. Mujeres: relaciones do gobierno en la agricultura. Santiago del Chile, Cedem, 1995.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis; LOPES, Paulo Roberto Coelho. Elementos para formulação de um programa de convivência com a seca no semi-árido brasileiro. **Documentos Embrapa Semiárido**, Petrolina, p. 1-21, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra**: banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 01 jun. 2020.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 14 jul. 2020

MOREIRA, Moreira de Rodat Fernandes; MOREIRA, Ivan Targino; IENO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. **Revista do Núcleo de Estudos Sobre Reforma Agrária – Nera**, Presidente Prudente, v. 1, p. 45-57, 2000.

PAULA, Francileia. Cultura alimentar e agroextrativismo: saúde na mesa e renda no campo. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 9- 13, 2014.

RIOS, Dara Missão da Silva; LIMA, José Raimundo Oliveira. O Desenvolvimento local endógeno: reflexões a partir das tecnologias com foco na tecnologia social. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v.7, n. 14, p.125-142, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

SCHISTEK, Haroldo. **O semiárido brasileiro: uma região mal compreendida**. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Orgs.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo Social*. Brasília: Editora IABS, 2013, p.43-55.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 18 ed. 2011.

ZANELLA, Maria Elisa. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 36, p.126-142, 2014.